

SESSÕES DO PLENÁRIO

58ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de agosto de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARIA LUIZA LAUDANO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Carlos Brasileiro, Coronel Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marquinho Viana, Nelson Leal, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (40)

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente (Maria Luiza Laudano):- Leitura do expediente.
(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Marquinho Viana, comunicando que esteve ausente na sessão do dia 09/06/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado Euclides Fernandes, comunicando que esteve ausente na sessão do dia 10/06/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado José de Arimatéia, comunicando que esteve ausente na sessão do dia 21/05/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões: ordinárias – 51^a, 54^a, 56^a, realizadas, respectivamente, em 10 e 26 de junho de 2014 e 07 de julho de 2014; Termos de Abertura de 03 de julho de 2014; extraordinárias – 20^a, 21^a, 23^a, 24^a, 26^a, realizadas, respectivamente, em 04, 10, 26 e 30 de junho de 2014.

Em discussão as atas e os termos de abertura que acabam de ser lidos. (Pausa.) Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovados.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Minha cara presidente, deputados Carlos Brasileiro, Álvaro Gomes, Marcelino Galo, iniciamos mais um dia. Naturalmente, os nossos companheiros deputados de todos os partidos estão na luta duríssima no interior, tentando manter o que conseguiram de uma forma ou de outra. E não podem descuidar, porque, se descuidarem, o que conseguiram será tomado da forma que todos estão vendo: recompra de votos. É a nova, digamos assim, performance ou a grande novidade, podemos assim chamar, das eleições do Estado da Bahia. Enfim, a coisa continua e os projetos continuam.

Eu, com muita tristeza, vi o governo do Estado aproveitando este quase recesso em função das eleições majoritárias, estadual, federal, governador, senador da República – ou senador pela Bahia –, talvez, em que todo mundo está viajando, e publicou edital de concorrência pública da Secretaria da Fazenda para negociar os royalties do petróleo do futuro governador e dos 5 meses do atual governo.

Tive acesso ao parecer da Caixa Econômica Federal de outubro de 2013, quando o governo da Bahia tinha feito uma consulta querendo negociar 100% desses royalties. A Caixa Econômica disse que não aceitou fazer essa negociação ao governo da Bahia, ponderando a Emenda 43 do Senado, que proíbe.

Com relação à referência que na consulta a Bahia havia feito dizendo que o Estado do Rio tinha uma operação idêntica com a Caixa Econômica. A Caixa respondeu que o caso do Rio era totalmente diferente. Primeiro, tinha negociado com a Caixa apenas 50% dos royalties e, segundo, que era dentro do mandato do atual governador do Rio de Janeiro. Por isso a operação do Rio foi considerada legal, e assim a Caixa Econômica Federal a executou. Em outras palavras, a forma como a Bahia licitou, também segundo a Caixa Econômica Federal, é ilegal.

Eu já tinha antecipado que só dois bancos poderiam se interessar por essa

operação, dois bancos oficiais, porque nenhum banco privado entraria numa canoa furada como essa, sabendo que o processo obviamente deverá ser judicializado. E a coisa acabou sendo muito pior do que eu ou qualquer pessoa de bom senso imaginava.

Um simples cálculo: os royalties vêm crescendo ano a ano para o Estado da Bahia. Este ano deveremos fechá-los em torno de R\$ 330 milhões; em 4 anos, isso dá R\$ 1 bilhão e 320 milhões. Pegando os 5 meses que temos do atual governo, são mais R\$ 127,5 milhões. Somados a R\$ 1 bilhão e 320 milhões, vamos para R\$ 1 bilhão 447 milhões e tanto. Como estão sendo negociados 75%, isso significa em torno de R\$ 1 bilhão e 90 milhões.

O Banco do Brasil ofereceu um deságio pequenininho, a preço de hoje, de R\$ 320 milhões. Então verifiquem: numa operação futura, que ao valor de hoje já daria R\$ 1 bilhão e 69 milhões, o Banco do Brasil está pagando R\$ 769 milhões menos R\$ 321 milhões. Considerando-se que os royalties estão aumentando, na época em que o Banco do Brasil for receber, o prejuízo para o Estado da Bahia será muito maior.

Então, a Bahia está jogando no lixo quase um terço do valor, única e exclusivamente para fechar as contas do governador Jaques Wagner. Naturalmente irei judicializar, serei obrigado a entrar com improbidade administrativa contra o governador, o secretário da Fazenda, processo criminal contra o governador do Estado da Bahia e o secretário da Fazenda, representação no Banco Central, porque envolve o Banco do Brasil, representação no Tribunal de Contas da União, representação no Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e também para o Tribunal de Contas do Estado, apenas pró-forma, já que eles não fazem nada quando é contra o governo Wagner. Já acionei os advogados dele na semana passada e a expectativa é de que até quinta-feira daremos entrada, para evitar esse enorme prejuízo para o futuro governador do Estado da Bahia, que democraticamente será eleito pela população do nosso Estado no dia 5 de outubro, já no primeiro turno.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, primeiro, quero desejar boas-vindas ao nosso colega Joacy pelo retorno a esta Casa e ao nosso companheiro e camarada Carlos Brasileiro, que eu gostaria de que estivesse no nosso Partido Comunista do Brasil. Os dois são figuras importantes.

Mas, Sr. Presidente e demais deputados, estivemos na semana passada na cidade de Nova Soure, numa manifestação de trabalhadores, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cervejas e Bebidas em Geral do Estado da Bahia, o Sindibeb, lutando em defesa dos direitos dos trabalhadores demitidos.

A fábrica Frutaki, que estava instalada naquela cidade, fechou as suas portas, demitiu 180 funcionários e sequer a indenização trabalhista pagou. Os funcionários foram demitidos e estão sem receber o salário e as indenizações. Esse é um absurdo

que nós não podemos admitir.

O presidente do Sindibeb, Roberto, o tesoureiro, Alberto Evangelista, e os demais diretores estiveram conversando conosco, no sentido de buscar uma solução para esse grave problema.

Neste momento, está havendo uma audiência com o Ministério Público do Trabalho, em Feira de Santana.

O nosso gabinete agendou uma audiência com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, o Dr. Valtércio, para a próxima quinta-feira, às 15h30min. Nós vamos ter essa audiência com o presidente do TRT/BA para discutir, porque esse é um problema coletivo, é um problema geral, é um problema que gera grandes prejuízos não apenas para as cidades, mas também para os trabalhadores e trabalhadoras que estão passando necessidade.

Temos feito intervenções também junto ao governo, no sentido de que a fábrica seja reaberta por essa ou por outra empresa, para que possa, realmente, manter o emprego dos trabalhadores daquela indústria.

Na realidade, as reivindicações são basicamente as seguintes: manter o emprego desses trabalhadores demitidos – e aí é preciso atrair investimentos e uma outra fábrica que possa, realmente, absorver esses trabalhadores – e, imediatamente, é fundamental o pagamento de todas as verbas que os trabalhadores têm direito.

Nós não podemos, em hipótese alguma, no século XXI, estar assistindo a esse tipo de arbitrariedade, a demissão de um trabalhador sem o pagamento das verbas que ele têm direito, do pagamento das verbas rescisórias. Então, é preciso que a Justiça, se necessário for, bloqueie a conta bancária dessa indústria e os seus bens, para que os trabalhadores tenham os seus direitos assegurados, para que sejam pagas as indenizações a que eles têm direito. Portanto, quero dizer que estamos nessa luta, estamos nessa batalha, e esperamos que haja uma solução o mais rápido possível.

Quero também me solidarizar com os frentistas, que estão em greve, reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho. A greve entra no segundo dia, e eu quero me solidarizar com a categoria e dizer que estamos também nesta luta.

Neste momento, quero também informar que os bancários estão em campanha salarial. Já foi aprovada a minuta de reivindicações, e a segurança bancária é uma das questões fundamentais da categoria bancária nessa campanha salarial. Ainda hoje, pela manhã, houve uma manifestação, no antigo “Banebão”, hoje “Bradescão”, no Comércio, pela segurança bancária.

Quero informar que o nosso projeto, que tramita nesta Casa já passou por todas as comissões, e precisa ser aprovado em Plenário.

Estamos nessa luta para que esse nosso projeto de segurança bancária, construído pelo sindicato dos bancários, sindicato dos vigilantes, pela Confederação dos Bancários e Confederação dos Vigilantes, e que transformamos em projeto de lei, seja aprovado por esta Casa o mais rápido possível. Com a aprovação desse projeto, sem dúvida nenhuma, teremos mais segurança para a população e para os bancários do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, servidores da Assembleia Legislativa, venho a esta tribuna hoje para comentar sobre nossas andanças pelo Extremo Sul da Bahia no sábado, domingo e segunda-feira, agora, passados.

Quero falar da nossa alegria e da nossa impressão positiva, uma vez que já havia visitado alguns acampamentos da reforma agrária em nossa região, no Norte e Nordeste da Bahia; mas não conhecia aquela realidade do Extremo Sul da Bahia. Para nossa surpresa positiva, repito, fiquei encantado com o trabalho que o MST faz naquela região, bem como a forma como os pequenos trabalhadores, que já estão acampados nas áreas em fase de desapropriação, produzem alimentos não só para o sustento de suas famílias, mas também para vender nas cidades vizinhas; e com a grandeza da área que eles ocupam em municípios do Extremo Sul, como: Teixeira de Freitas, Itamaraju, Porto Seguro e do Prado.

Na companhia agradável do deputado federal Valmir Assunção, dos companheiros Evanilton, Preto, do vereador Paulo Vitor e tantas outras lideranças da região percebemos o quanto é importante e urgente a ampliação da reforma agrária neste país. Terras, a se perderem de vista, que hoje estão sendo trabalhadas para desapropriação, e há 10, 12, 15 anos não produziam nada. Eles, Sr^a Presidenta, num pequeno pedaço de chão que lhes é reservado até eles puderem adentrar a essa área de reforma agrária, já produzem alimentos, repito, que sustentam suas famílias e vendem ainda nas feiras das cidades vizinhas.

Fico a imaginar, num futuro bem próximo, como essas 682 famílias que visitei poderão produzir para o Estado da Bahia, e para a nação brasileira, fruto da reforma agrária. Observei também quantas terras ainda existem no Extremo Sul sem que a reforma agrária esteja, pelo menos, iniciada. Você anda 10, 20, 30, 50, 80 quilômetros e não vê uma cabeça de gado dentro dessas terras; não vê um plantio de alimento que possa servir a comunidade baiana. Ali fiquei entusiasmado, abracei a causa com unhas e dentes e percebi que o nosso país tem que copiar, urgentemente, o modelo dos Estados Unidos. Muitas das vezes criticamos os Estados Unidos – eu também já fiz críticas ao seu modelo econômico perverso de querer dominar o mundo de qualquer jeito – mas os Estados Unidos é a maior potência do mundo porque teve a capacidade de fazer a reforma agrária há pelo menos 150 anos.

Desejo que esse movimento continue sólido e abraçado pelo povo brasileiro, pelos homens e mulheres de bem para que não tenhamos mais discriminação e pense que aqueles que ocupam as terras são, em sua maioria pessoas que não querem nada. Ao contrário. A maioria absoluta daqueles que estão acampados esperando o assentamento definitivo são pessoas que já produzem para este Brasil. Não tenho a

menor dúvida que, ao adentrarem a terra que será objeto de reforma agrária, todas elas produzirão muito e em grande escala, melhorando a vida delas mesmas, da Bahia e do Brasil.

É isso que eu queria dizer nesta tarde.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Nobre presidente, deputada Maria Luiza Laudano, deputadas aqui presentes, Srs. da Imprensa, companheiros servidores, ontem lia uma entrevista no Portal G1, do Sistema Globo de Comunicação, em que o candidato a presidente pelo PSDB fez uma declaração bastante enfática: a de que, se assumir a Presidência da República - com certeza não assumirá -, vai extinguir o Ministério da Pesca. Ele colocou que essa Pasta é um cabide de empregos para companheiros. Mas ela, que nem é comandada pelo Partido dos Trabalhadores, na verdade é um órgão da mais alta importância, o que demonstra o desconhecimento do candidato em relação à realidade brasileira, ao que é o Brasil, ao seu potencial, aos seus biomas.

O Brasil tem o maior potencial, o maior índice de água doce do mundo, um dos maiores litorais, as maiores bacias hidrográficas, os maiores reservatórios públicos. Esses foram construídos ao longo da história para gerar energia e têm um potencial fantástico, sobretudo para a geração de renda no Semiárido brasileiro em todos eles. Enfim, esse candidato diz que vai extinguir o Ministério da Pesca para criar o Ministério da Infraestrutura. E uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Nós sabemos que há uma demanda fortíssima por infraestrutura para desenvolver este País. Há realmente muita coisa a fazer. Mas a pesca, sem dúvida nenhuma, é um segmento muito importante da nossa economia, inclusive aqui neste Estado, com mais de 130 mil famílias que vivem dela e da aquicultura, que também tem um potencial ilimitado. O Brasil hoje importa pescado do Vietnã e da China, oriundo duma aquicultura de baixa qualidade.

Então, um candidato à Presidência da República que anuncia a extinção do Ministério da Pesca e diz isso publicamente não merece o respeito da sociedade brasileira. A realidade deste País e a nossa aqui na Bahia mostram que temos mais de 1.200 quilômetros de litoral, com uma pesca quase 100% artesanal que tem de ser desenvolvida. E para isso é preciso produzir conhecimento, tecnologias. Temos de equipar nossos pescadores para darem conta da nossa costa, porque a pesca que muitos deles fazem é 100% artesanal, apenas explora águas internas ou próximas. Eles praticamente não vão a mar de águas profundas. Então, temos que desenvolver a pesca oceânica, tem que ter apoio, tem que ter a capacitação, tem que ter equipamentos modernos e temos que incorporar a juventude nesta atividade que é muito promissora.

É profundamente estranho. Nós sabemos do seu projeto, neoliberal, de

diminuir o estado e com certeza afirmamos quais os ministérios que esse candidato se propõe a acabar. São justamente aqueles ministérios que trabalham com as áreas sociais, as áreas que atendem os pobres. E este Ministério da Pesca, que foi criado durante o Governo Lula, que fez as caravanas da cidadania e chegando em Santa Catarina, lá numa comunidade do litoral de pescadores, assinou a carta dizendo que criaria esse ministério que muito tem servido a essa categoria que era invisibilizada, que não tinha nenhum tipo de política pública. E esse Ministério veio justamente suprir a identidade do pescador, os direitos sociais dos pescadores.

Então, aqui quero reafirmar a necessidade que esse ministério continue e vai continuar, porque este candidato não vai ser eleito de forma nenhuma, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, minha querida Presidenta desta sessão, deputada Maria Luiza Laudano, servidores, imprensa, visitantes.

Presidenta, hoje fiquei observando como a imprensa nacional e alguns articulistas baianos retratam esta questão da Petrobras e a CPI.

A Petrobras é uma das maiores empresas do mundo, maior empresa da América Latina na área de petróleo, a maior empresa do Brasil e é natural que funciona no mundo empresarial. E todas as vezes que há uma crise numa empresa, uma crise institucional há um chamado Grupo de Crise que analisa a situação e que prepara obviamente a defesa dos interesses das diversas companhias.

A CPI que foi aprovada no Congresso Nacional com o objetivo de destruir a imagem da empresa, com o objetivo de utilizá-la eleitoralmente, lamentavelmente por alguns parlamentares, inclusive, alguns aqui da Bahia que não sabem falar outra coisa senão da Petrobras, mas falar sem conhecimento porque não tem o conhecimento da companhia. E foi feito um questionamento porque a empresa treinou dirigentes e ex-dirigentes da companhia para prestar esclarecimento para o Congresso Nacional. Ou seja, primeiro é um desconhecimento do segmento empresarial.

Isto acontece no mundo inteiro, porque é preciso que os representantes das empresas passem as informações da forma mais transparente e mais compreensível para os interlocutores, ou seja, isso nada mais é do que o trabalho da assessoria de comunicação de uma empresa como a Petrobras.

Lamento o que ouvi hoje de um jornalista baiano, que faz crítica à esta questão que já foi assessor da Petrobras e que fazia isso, preparava, inclusive a defesa da imagem da empresa. Mas agora, porque tem um posicionamento político definido, acaba, obviamente, fazendo críticas perversas, maldosas a uma empresa como a Petrobras. Eu fiquei, realmente, entristecido, deputado Elmar.

Primeiro, cita que a Petrobras tinha informações sobre as perguntas que seriam feitas. Então, alguém deu essas perguntas. Quem está interessado em transformar essa CPI em um palanque político é a oposição. Portanto, algum deputado ou senador da

oposição passou para a Petrobras aquilo que ele ia perguntar. Só parece isso, o que é algo, em minha opinião, extremamente surreal quando se faz questionamentos desse tipo.

Eu queria mandar um recado para os novos conselheiros dos tribunais de Contas: esta Casa aprovou suas indicações, mas me parece que não deixaram ainda – obviamente que estou falando no geral, para não personalizar – de serem parlamentares, pois têm atuado pelo interior do Estado, alguns com o intuito de eleger seus parentes, fazendo essa disputa de uma forma, em minha opinião, desleal, desrespeitosa para com os deputados que aqui, enganados, votaram para lhes dar essa representação. Se eu soubesse disso não teria tido aquela postura naquele momento.

Hoje, certamente, devem estar fazendo quartéis-generais, estruturas para beneficiar ou atrair parceiros para apoiarem as candidaturas dos seus interesses. Quero lamentar que tenha acontecido isso no interior do Estado. Recentemente aconteceu na Cidade de Ilhéus com uma pessoa do Partido dos Trabalhadores. Acho que é um direito de qualquer um mudar de agremiação política, se assim desejar, mas lamento o assédio feito dessa forma, inclusive por quem nós, aqui, aprovamos na boa-fé, pois, na realidade, já demonstra – e eu tenho uma preocupação muito grande – como será sua atuação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu quero dizer nesta tarde que muito me orgulho por estar aqui, representando o povo do meu sertão e uma boa parte do povo do litoral. Como estamos no período do teste, como diz o nosso governador Jaques Wagner, para ver se passa para o segundo mandato ou não, nós temos percorrido, mais uma vez, os diversos rincões do Estado da Bahia, desde o Município de Juazeiro a Curaçá, Ilhéus, Paripiranga – minha terra natal –, e Cícero Dantas, onde vivo, aos cantinhos que mais distam das BRs, como Novo Triunfo, Banzaê, e outros que ficam mais longe ainda, como Uauá, que, há muito tempo, era uma terra distanciada da capital e, hoje, graças à BR-116 e à BR-235, podemos chegar lá em 6 horas.

Eu queria dizer da minha alegria em visitar esses municípios novamente, porque sempre fizemos isso, reunindo a população para construir os sindicatos, as associações, os grupos de mulheres, as Comunidades Eclesiais de Base, e nós percebíamos e vivenciávamos com as pessoas as maiores dificuldades da vida nos diversos setores, desde os mais básicos, como a garantia da água para o consumo humano, para o abastecimento das fontes e tanques, a fim de dar de beber aos animais, como para a agricultura.

Hoje, graças a esse novo tempo de oportunidade que vivemos no Brasil, iniciado com o nosso presidente Lula e seguido com a nossa presidenta Dilma, reforçadas essas políticas públicas aqui na Bahia com a gestão do governador Jaques

Wagner, podemos presenciar a melhoria da vida das pessoas tanto na área urbana como na rural. E digo isso porque nesta semana fomos ao município de Tucano, em uma divisa entre Tucano e Quijingue, acompanhar a nossa juventude, com o vereador David, o vereador Almir Terra Branca, o Bruno que é um pensador da cultura e vi a melhoria naquela região. As pessoas já podem ter sua casa igual a qualquer casa da cidade, com chão de cerâmica, com paredes rebocadas e azeitadas, cozinha organizada com geladeira e fogão.

Um dos jovens nos disse: “isso aqui foi a luta do meu pai e da minha mãe”. O reconhecimento desse jovem de 17 anos que naturalmente não viveu como nós, nas reuniões, tomando pancada de polícia no movimento social, com tanto sacrifício que passamos, mas acreditando que era possível esse Brasil tão rico ser de todos e não apenas de alguns.

Fiquei muito feliz com a fala desse jovem, que botei no meu facebook para que essa fala reflita para muitos e muitas que hoje têm a oportunidade de estar no Prouni. Um milhão e quinhentos mil jovens estão na universidade particular paga com o dinheiro público, como também é grande o número das pessoas que hoje frequentam as universidades federais. A Bahia que ficou 200 anos com uma única Universidade Federal tem hoje a oportunidade de ter seis novas universidades e o nosso território semiárido Nordeste 2, Litoral Norte, Território da Bacia do Jacuípe e o sisal, estamos numa grande batalha, numa grande mobilização com muitas audiências públicas, para que no novo mandato da presidenta Dilma mais uma nova universidade, mais duas, quantas forem possíveis, mas que esse nosso recanto do Nordeste não fique sem ter essa oportunidade.

Então é uma satisfação falar das conquistas, mas é uma satisfação também encontrar com o nosso povo, na firmeza da luta, e dizer que a Bahia quer mais. Vamos conquistar com essa luta e com essa aliança importante que estamos desenvolvendo, o trabalho político eleitoral neste momento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Minha querida presidenta, entendendo que todos os oradores aqui presentes já falaram, gostaria de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido. No momento, temos em Plenário cinco deputados - deputados Gaban, Rosemberg Pinto, Elmar Nascimento, Bira Corôa, Fátima Nunes e esta deputada que vos fala, que, no momento, preside esta sessão.

Portanto, não há quórum suficiente para a continuidade da sessão, Declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*